

## A REFORMA DO PROCESSO CIVIL – SIMPLIFICAÇÃO E AGILIZAÇÃO

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO e SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA

Ministros do STJ

### 1. O DIVÓRCIO ENTRE O MODELO E A REALIDADE

Situa-se o Brasil, atualmente, no primeiro plano da legislação processual civil, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, que ampliou consideravelmente os instrumentos de proteção aos interesses da sociedade e aos direitos fundamentais da cidadania. Aí estão, para exemplificar, o mandado de segurança, em suas feições individual e coletiva, o mandado de injunção, o *habeas data*, a ação popular, a ação civil pública, as ações coletivas, o juizado de pequenas causas, a ação direta do controle da constitucionalidade. Não se sabe de outra legislação com acervo tão rico e multifário, que modifica o seu figurino tradicional, de roupagem individual-conservadora, para identificar-se com as aspirações contemporâneas de igualdade real e de efetivo acesso a uma Justiça justa, rápida e eficaz.

Dentro dessa moldura, não se pode negar o avanço científico que representou o Código de Processo Civil de 1973, elaborado com apurada técnica.

Não menos certo é, porém, que, desde os primeiros anos de sua vigência, foro e doutrinadores vêm apontando as suas notórias deficiências de ordem prática, a refletirem o aodamento com que foi concluído e, principalmente, a época autoritária em que elaborado, sem o crivo do prévio debate democrático.

Daí a crítica que se lhe faz, de ser um Código de gabinete, distante da nossa realidade forense.

Talvez nesse divórcio resida o paradoxo que estamos presenciando. De um lado, a crescente confiabilidade na tutela jurisdicional. De outro, a insatisfação com o mecanismo judicial na solução dos conflitos.

Escrevendo sobre as tendências contemporâneas do Direito Processual Civil 1, assinalou **Barbosa Moreira** em texto primoroso:

"O trabalho empreendido por espíritos agudíssimos levou a requintes de refinamento a técnica do direito processual e executou sobre fundações sólidas projetos arquitetônicos de impressionante majestade. Nem sempre conjurou, todavia, o risco inerente a todo labor do gênero, o de deixar-se aprisionar na teia das abstrações e perder o contato com a realidade cotidiana. A fascinante sutileza de certas elaborações parecia ter contrapartida menos admirável no ocasional esquecimento de que nem tudo devia resumir-se num

exercício intelectual realizado sob o signo da "arte pela arte" – ou, se se preferir, da "ciência pela ciência".

Não há menoscar os frutos de tão nobre fadiga. Sente-se, porém, a precisão de aplicar com maior eficácia à modelagem do real as ferramentas pacientemente temperadas e polidas pelo engenho dos estudiosos. Noutras palavras: toma-se consciência cada vez mais clara da função instrumental do processo e da necessidade de fazê-lo desempenhar de maneira efetiva o papel que lhe toca. Pois a melancólica verdade é que o extraordinário progresso científico de tantas décadas não pôde impedir que se fosse dramaticamente avolumando, a ponto de atingir níveis alarmantes, a insatisfação, por assim dizer universal, com o rendimento do mecanismo da justiça civil."

Induidoso é que as nossas deficiências, nesse ângulo, em muito devem ser creditadas à medieval organização judiciária brasileira, ultrapassada e sem criatividade, despida dos imprescindíveis recursos materiais e humanos, avultando-se o exemplo do número inexpressivo de magistrados, para o que inegavelmente concorre o fetichismo dos nossos concursos no recrutamento dos juizes, ao contrário do que vem ocorrendo nos países mais evoluídos, que preferem convocá-los, e de forma muito mais eficiente, através de escolas judiciais e cursos de formação.

É de convir-se, porém, que na outra vertente desse painel estão as normas processuais que nos regem, no que diz respeito ao plano da efetividade.

Já temos quase dois decênios de vigência do Código. E as deficiências, apontadas ao longo desses 20 (vinte) anos, continuam.

Não raras foram as tentativas para a mudança desse quadro, de que foi exemplo a iniciativa do Ministério da Justiça em 1985<sup>2</sup>, quando valioso estudo foi desenvolvido, mas sem resultado prático, certamente em consequência das mudanças estruturais que propôs, muitas das quais em temas de acentuada divergência, assim como pela ausência do imprescindível debate pela comunidade dos cultores do Direito.

### 2. A EVOLUÇÃO DOS FATOS

Estava a Seção do Distrito Federal 3, do Instituto Brasileiro de Direito Processual, promovendo os primeiros estudos de simplificação e agilização do processo civil, autorizada pela Direção nacional, quando a Associação dos

1. *Revista de Processo*, 31/189.

2. DOU, dezembro, 1985.

3. Direção e Vice-Direção, respectivamente, dos Ministros Athos Gusmão Carneiro e Sálvio de Figueiredo Teixeira.



Magistrados Brasileiros 4 se ofereceu ao Ministério da Justiça 5 para o encaminhamento de propostas destinadas à desburocratização do nosso processo. Aceito o oferecimento, uma Comissão, com o apoio da referida Seção, passou a reunir-se em 1991 e a elaborar anteprojetos, quatro dos quais foram encaminhados ao Congresso Nacional (CN) e ali apresentados 6, a saber: da prova pericial, da citação e intimação pelo correio, do agravo e da liquidação.

A Comissão designada não chegou a funcionar com a sua composição original. Mas, por outro lado, teve a participação de outros nomes, da Magistratura, da Advocacia e do Ministério Público, o que se mostrou de muita valia 7.

Ao findar-se o prazo previsto, ainda inconclusos os demais estudos, o Ministério da Justiça houve por bem atribuir ao Presidente da Escola Nacional da Magistratura, nessa condição, a missão de "presidir a Comissão de Juristas encarregada de promover estudos e propor soluções com vistas à simplificação dos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal" 8

A primeira providência, após a conclusão do texto básico, foi divulgá-lo tanto quanto possível, com solicitação de críticas e sugestões, fixado prazo, até meados de agosto de 1992, para o recebimento das mesmas.

Recebidas importantes contribuições, individuais (enumerá-las, ensejaria o risco de injustas omissões) e coletivas (de Tribunais, OAB, Ministério Público, Escolas Judiciais, Universidade, Institutos, Associações etc.), uma Comissão Revisora foi constituída 9

### 3. OS PROJETOS E SEU DESTINO. A LEI 8.455/92 (S/ PROVA PERICIAL)

Paralelamente à elaboração desses anteprojetos restantes, tinham curso no Congresso Nacional os 4 (quatro) projetos já mencionados.

Um deles, referente à prova pericial, veio a converter-se na Lei n.º 8.455, com as seguintes modificações desburocratizantes:

- a) dispensa de compromisso do perito e dos assistentes-técnicos (art. 422);
- b) qualificação dos assistentes-técnicos como assessores das partes, sem suspeição ou impedimento;
- c) dispensa de intimação dos assistentes-técnicos;

d) dispensa da perícia quando os laudos vierem com a inicial e com a contestação (art. 427);

e) possibilidade de o perito e de os assistentes apenas narrarem na audiência o que periciaram (art. 421, § 2.º);

f) redução dos atos processuais.

Um outro projeto, respeitante à citação e à intimação prioritariamente, como regra, pela via postal, infelizmente, resta paralisado há mais de um ano em consequência de pedido de vista na Câmara.

O projeto relativo à liquidação, por sua vez, tem curso regular.

E o quarto, concernente ao agravo, talvez o mais importante em termos de agilização da prestação jurisdicional (especialmente por desestimular a utilização do atual agravo como medida protelatória e evitar o uso anômalo do mandado de segurança na obtenção de efeito suspensivo), já aprovado na Câmara dos Deputados, passa agora ao exame do Senado, sob muita expectativa 10.

### 4. OS ANTEPROJETOS COMPLEMENTARES

Completa-se agora a segunda etapa dos trabalhos, com a entrega dos demais anteprojetos, exaustivamente formulados e debatidos com a comunidade jurídica.

Em um deles, dá-se nova estrutura ao atual **procedimento sumaríssimo**, ironicamente conhecido como "o mais ordinário de todos" ou "o ordinaríssimo". Dentre outras alterações, além da mudança do nome (sumário) e do elenco das causas a ele sujeitas, busca-se enfatizar a tentativa de conciliação, possibilitar o julgamento antecipado da lide (principal inovação do Código de 1973), dar-lhe natureza dúplici e expurgá-lo de interveniências protelatórias.

Aprimora-se o **processo executivo**, valorizando-se o título extrajudicial, sistematizando-se melhor a alienação dos bens penhorados e coibindo-se práticas indesejáveis e contraditórias.

Quanto ao **processo cautelar**, propõe-se solução ao aflitivo problema das cautelares que exauzem a prestação jurisdicional, com dispensa, nesses casos, do ajuizamento posterior da ação principal.

Propõe-se, no âmbito dos **recursos**, além do novo modelo de agravo, objeto de projeto em curso, que se incor-

4. Por iniciativa do seu então Presidente Prof. Régis Fernandes de Oliveira, sendo de aduzir-se que a iniciativa veio a ser apoiada pelo seu sucessor, Juiz Francisco de Paula Xavier Neto.
5. Gestão do Ministro Jarbas Passarinho.
6. Através do Deputado Nelson Jobim.
7. Com maior assiduidade, além dos dois citados dirigentes do Instituto Brasileiro de Direito: Processual/DF, participaram nessa primeira etapa, os Professores Fátima Nancy Andrichi (que passou a secretariar todos os trabalhos), Kazuo Watanabe, Sídney Beneti, Donaldo Armelin, Arruda Alvim, Walter Ceneviva e Mauro Ferraz, tendo atuado também José Carlos Bigi, Humberto Martins, Thereza Alvim e Marcelo Lavenère, dentre outros.
8. Portaria 145/92 (DOU de 30-3-92).
9. Integrada, além do Presidente e da Secretária, já nominados, pelos Professores Ada Pellegrini Grinover, Athos Gusmão Carneiro, Celso Agrícola Barbi, Humberto Theodoro Júnior, José Carlos Barbosa Moreira, José Eduardo Carneira Alvim, Kazuo Watanabe e Sérgio Salhione Fadel, que se reuniram em Belo Horizonte, sob o patrocínio da Amagis, de 9 a 12 de outubro/92.
10. Assinale-se que, anteriormente, em sua redação primitiva, foi ele apresentado ao Congresso pelo então Senador Itamar Franco (Projeto 187/85), não tendo chegado, porém, a ser apreciado.



pore ao Código, seu leito natural, a disciplina recursal da Lei 8.038/90 (recursos extraordinário e especial). Ademais, adotam-se outras medidas simplificadoras e de agilização, especialmente sob o ângulo da interposição recursal.

No campo dos **procedimentos especiais**, introduz-se a ação monitória, tão reclamada e de tanto sucesso no direito estrangeiro, suprime-se a audiência de justificação da ação de usucapião (art. 942) e adota-se, com base na vitoriosa experiência europeia, sistemática mais racional para a consignação em pagamento, ensejando-se a liberação via bancária e o levantamento da parte incontroversa.

Finalmente, quanto ao **Livro I (processo de conhecimento)**, além das modificações já catalogadas e de outras de menor porte, um dos anteprojetos enfatiza a busca da conciliação (arts. 125, IV e 331), retira do julgador a burocrática tarefa dos meros despachos (art. 162, § 4.o), autoriza, mediante as devidas ressalvas, a antecipação da tutela (art. 273), prestigia o cumprimento efetivo das obrigações de fazer ou não fazer (art. 461) e institui, em nível infraconstitucional, mecanismo uniformizador de jurisprudência (art. 479), a dar solução rápida e eficaz ao angustiante fenômeno das decisões conflitantes, hoje tão presentes no cenário forense nacional.

## 5. CONCLUSÃO

Na elaboração dos mencionados estudos, 5 (cinco) posicionamentos foram tornados como metodologia:

a) localizar os pontos de estrangulamento da prestação jurisdicional;

b) deixando de lado divergências de ordem doutrinária ou meramente acadêmicas, assim como outros pontos mercedores de modificação, apresentar sugestões somente de simplificação e agilização;

c) encaminhar as sugestões não em um único anteprojeto, mas através de vários, setoriais, inclusive para viabilizar a aprovação no Congresso Nacional, haja vista que um único pedido de vista poderia comprometer todo o trabalho;

d) aproveitar a própria disposição dos artigos existentes, abrindo espaço para novos, se necessário (v.g., arts. 272/273, 478/479), mas sem alterar a fisionomia do Código;

e) buscar o consenso nas alterações propostas.

Ao concluir os trabalhos, dar-lhes divulgação e encaminhá-los ao Governo, através do Ministério da Justiça 11, é imperioso registrar o consenso alcançado e o entusiasmo com que as propostas foram recebidas pelos que participaram da sua formulação, através de debates, críticas e sugestões, nas mais distantes regiões do País, em movimento que envolveu magistrados, advogados, membros do Ministério Público, defensores, universitários, professores e especialistas na área processual, o que retrata com eloquência e fidelidade a vontade generalizada em mudar o que não vem funcionando bem, dotando a atual legislação processual civil brasileira codificada de mecanismos mais ágeis e eficazes, para tornar o nosso processo apto a realizar os seus objetivos e melhor servir à sociedade, recordada a advertência de **Fritz Baur**, o admirável reformulador do processo civil alemão, segundo a qual só procedimentos céleres preenchem a finalidade do processo, dando-lhe efetividade 12.

Há muito que se reclama caber ao jurista não apenas compreender e interpretar o sistema legal vigente, contribuindo para a evolução do pensamento jurídico. Dele se reclama, ao lado de uma postura crítica construtiva, a sua contribuição para a realização prática do Direito, inclusive na elaboração das normas e nas transformações que se mostrarem imprescindíveis ao aperfeiçoamento da ordem jurídica. Como assinalou **Ripert**, em obra clássica 13, ao reivindicar maior participação do jurista na formulação da ordem jurídica, "preocupando-se exclusivamente com a técnica, o jurista renuncia a dirigir, a criar o direito".

A contribuição que ora se dá ao Legislativo, através do Ministério da Justiça, tem o aval da Escola Nacional da Magistratura e do Instituto Brasileiro de Direito Processual, sendo obra, todavia, não apenas dessas duas importantes instituições, mas de todos, porque muitos, de impossível enumeração, foram os que dela participaram, em maior ou menor escala, mas sempre de forma inestimável e com um ideal comum.

Registra-se, finalmente, que os estudos no âmbito do **processo penal**, também a cargo da Escola Nacional da Magistratura (Portaria 145/92-MJ), estão adiantados e sendo desenvolvidos sob a mesma metodologia.

Brasília, 25 de novembro de 1992. (Athos Gusmão Carneiro – p/ Instituto Brasileiro de Direito Processual)

11. Gestão do Ministro Maurício Corrêa.

12. *Revista Brasileira de Direito Processual*, 7/57, Uberaba-MG.

13. *O regime democrático e o direito civil moderno*, Saraiva, 1937.